

Relato Integrado

A Nova Revolução Contábil

Prof. Nelson Carvalho
Universidade de São Paulo - FEA/USP

Prof. José Roberto Kassai
Universidade de São Paulo - FEA/USP

Introdução

A Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, realizada no Brasil em Junho de 2012, a RIO+20, resultou em um documento final intitulado “The Future We Want”, e o seu parágrafo 47 reconhece a figura do Relato Integrado. Assim, temos razões para crer que essa será a próxima grande revolução na forma de comunicação de uma organização perante seus stakeholders, incluindo, mas não se limitando, aos relatórios financeiro-contábeis.

47. We acknowledge the importance of corporate sustainability reporting and encourage companies, where appropriate, especially publicly listed and large companies, to consider integrating sustainability information into their reporting cycle. We encourage industry, interested governments and relevant stakeholders with the support of the United Nations system, as appropriate, to develop models for best practice and facilitate action for the integration of sustainability reporting, taking into account experiences from already existing frameworks and paying particular attention to the needs of developing countries, including for capacity building. (The future we want. United Nations. RIO+20 United Nations Conference on Sustainable Development, 20-22 Jun 2012)

Como essa proposta envolve, principalmente, mudança de cultura por parte das organizações e de suas partes interessadas e implica regulamentações internacionais e locais, os resultados finais serão alcançados no longo prazo. Contudo, da forma como todo o processo está sendo conduzido e procurando envolver as pessoas chaves, certamente, a RIO+40 irá reconhecer o novo papel das organizações como atores importantes na construção do “Futuro que Queremos”.

E, afinal de contas, o que é o Relato Integrado? O Quê e Como as empresas irão divulgar o tal Relato? Ele será compulsório ou voluntário? Deverá ser auditado ou assinado por profissional habilitado? Qual o perfil desses profissionais? É uma nova contabilidade? Somente as grandes empresas ou de capital aberto estarão sujeitas a esse novo padrão? Qual a relação com os relatórios de sustentabilidade do GRI (Global Reporting Initiative) ou com o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BMF&Bovespa? As normas internacionais de

Artigo apresentado no XV Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente contribuições ao texto.

contabilidade (IFRS) e as americanas (FASB) serão alteradas? Como mensurar as externalidades e os ativos intangíveis? São basicamente relatórios ou envolve outras formas de comunicação?

Neste capítulo, não se pretende responder a todas essas questões, até porque muitas respostas ainda estão sendo construídas e mais dúvidas surgirão até que se consolide esse novo padrão de comunicação corporativa. Por ocasião do lançamento mundial da minuta sobre Relato Integrado (2013), mais de uma centena de empresas em todo o mundo já havia se candidatado para participar do projeto piloto de teste da minuta da estrutura conceitual disponibilizada na ocasião. Muitas empresas de capital aberto no Brasil já elaboram algum tipo de relatório de sustentabilidade, e a versão 4 dos relatórios GRI já é uma realidade. Como esta ONG também é membro do IIRC, é possível acreditar que o formato desse novo modelo de comunicação corporativa deverá incorporar todas essas contribuições existentes. Muito provavelmente, a maior evolução (e revolução) cultural está relacionada com a postura da empresa diante de um novo modelo de negócio, em sintonia com os desafios discutidos na RIO+20 para este século XXI.

Por esse motivo, julgamos ser relevante, neste momento, relatar alguns dos principais eventos pós RIO-92, que culminaram na criação do *International Integrated Reporting Council (IIRC)*, entidade responsável pelo projeto de criação da proposta de enfoque do Relato Integrado. Ademais, incentivar os leitores e interessados para que possam contribuir com a implementação dessa proposta em suas organizações. Com esse objetivo, este trabalho foi estruturado com a abordagem das seguintes temáticas, além desta introdução:

1. As principais conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) que trataram sobre o desenvolvimento sustentável, e o papel das empresas diante das projeções para este século;
2. As pesquisas do Núcleo de Estudo em Contabilidade e Meio Ambiente (NECMA/USP) e a preocupação de integrar nos relatórios corporativos aspectos do meio ambiente e governança, com destaque para duas pesquisas: Contabilidade Ecológica (1991) e Balanço Contábil das Nações (2008);
3. Relatos sobre o evento “Diálogo IFRS & GRI”, tratando sobre a integração dos relatórios contábeis com os relatórios de sustentabilidade;

4. Quem é o International Integrated Reporting Council (IIRC). Como é formado e qual a sua missão?
5. Como provavelmente será o Relato Integrado?
6. Considerações finais sobre as discussões em andamento sobre Relato Integrado
7. Referências Bibliográficas.

As Conferências da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável e o papel das Empresas

Imagine-se em um passado não tão distante, mais especificamente na manhã do dia 12 de abril de 1961, a bordo de uma pequena cápsula espacial chamada Vostok-1, sentado(a) ao lado de Yuri Alekseievitch Gagarin. O que passaria em sua mente se você estivesse sendo lançado(a) naquela primeira viagem tripulada ao espaço e, em menos de duas horas, pudesse dar uma volta ao redor de toda a órbita do planeta? Muitas são as especulações sobre o que teria dito ou pensado aquele jovem piloto de 27 anos e, sem dúvida, a frase mais conhecida é “*a Terra é azul*”. Oito anos depois, por meio de uma foto tirada do espaço, aquele “mar azul” pode ser contemplado pelo restante da humanidade, chamando a atenção para o fato de que vivemos em um planeta **único e interdependente**.

Naquela época, em que a população mundial acabara de atingir três bilhões de habitantes, tinha-se a impressão de que a única ameaça à preservação da humanidade eram as guerras; e o homem, por mais descuidado que fosse, não tivera muito sucesso na destruição da natureza. No entanto, ao ultrapassar os sete bilhões de habitantes, a situação mostra-se preocupante, como evidenciam alguns cálculos simples realizados por geólogos (Goldemberg, 2012). Eles conseguiram medir o total de massa movimentada pelos fenômenos naturais que ocorrem todos os anos no planeta, como erupções vulcânicas, terremotos, tempestades, ventos fortes, precipitações, furacões, tsunamis etc. e que são equivalentes a **50 bilhões de toneladas**. Atualmente, com o uso intensivo de energias (principalmente fósseis) e de recursos naturais não renováveis, cada um dos sete bilhões de habitantes movimentada, em média, cerca de 8 toneladas anuais (só de gasolina, consome-se, em

média, 1 tonelada per capita ano), o que resulta em um total de **56 bilhões de toneladas**, mostrando-se, assim, a magnitude e a força das atividades humanas e industriais.

E se pensarmos em uma população prevista para meados deste século XXI, em torno de nove bilhões de habitantes, ao mesmo tempo em que os países pobres se empenharão para melhorar suas condições de vida e de consumo, e os países ricos relutarão em abrir mão de seu conforto atual, será muito difícil compatibilizar as origens e aplicações de recursos dessa equação, principalmente se não houver um aumento da consciência coletiva de que a responsabilidade pela preservação do meio ambiente é de todos. Ademais, se quisermos aproveitar o desafio de proporcionar um mundo melhor e menos desigual, será necessário reconhecer e atribuir valor às **externalidades** sociais e ambientais em toda a cadeia produtiva, para promover a internalização desses custos pelos agentes econômicos.

A Organização das Nações Unidas (ONU) realizou três grandes reuniões mundiais para discutir problemas relacionados com os limites da natureza e com o futuro da humanidade: em **Estocolmo (1972)**, em que reuniu em torno de 1.000 pessoas representantes de 113 países e de 400 entidades não governamentais; no **Rio de Janeiro (1992)**, em que reuniu 22 mil pessoas nos eventos oficiais; e na **RIO+20 (2012)**, em que reuniu 110 mil pessoas nos eventos oficiais (só no Rio Centro, estiveram 45 mil pessoas) e mais de um milhão de pessoas nos eventos paralelos. Destacaram-se a *Cúpula dos Povos* no Aterro do Flamengo, o *Espaço Humanidades* no Forte Copacabana e o *Pier Mauá*, que teve o navio do Greenpeace ancorado de frente para a Bahia de Guanabara. (fotos e comentários estão disponíveis na página do Facebook USP NA RIO+20);

No início, essas discussões eram restritas a grupos ambientalistas e, depois, tornaram-se foco de discussões de políticas públicas e regionais. Após a divulgação do Relatório STERN (2006) e de sua versão brasileira EMCB (2009), que basicamente traduziram em moeda financeira os relatórios técnicos do *Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC)*, atraiu-se a atenção dos mercados e das empresas (Kassai & Kassai; 2013).

Um seleto grupo de laureados com o Blue

Planet Prize, considerado o Prêmio Nobel do Meio Ambiente e financiado por *The Asahi Glass Foundation*, reuniu-se alguns meses antes da RIO+20 e produziu um relatório de aproximadamente 200 páginas, com sugestões para serem apresentadas na grande Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, realizada em junho de 2012 no Rio de Janeiro (*Blue Planet Laureates: Environmental and Development Challenges – The Imperative to Act*, 2012). Uma síntese do resumo desse relatório destaca cinco ações prioritárias para equacionar as questões neste século XXI:

- Urge mudar o produto interno bruto (PIB) como indicador de desenvolvimento, incluindo indicadores de capital humano, capital social e capital natural.
- Eliminar os subsídios perversos na área de energia.
- Evitar o crescimento desordenado da população, pois os próximos dois bilhões de habitantes irão consumir mais do que os dois bilhões anteriores.
- Preservar a biodiversidade e evitar o desmatamento.
- Investir em conhecimentos para aprender qual rumo tomar.

Para concretizar essas cinco ações e outras decorrentes ou necessárias, as empresas assumem papel fundamental, pois são elas que converterão as soluções em serviços ou produtos em escala global. Além da participação dos governos, do mundo acadêmico e da sociedade civil, espera-se que a ONU ou outro órgão que vier a ser criado possa contribuir como uma espécie de governança internacional, discussão essa que não teve êxito na RIO+20, mas que é fundamental já estar consolidada até a RIO+40.

Quanto à substituição do PIB como medida de desenvolvimento, há dezenas de modelos sendo estudados, dos quais citamos dois: o índice de desenvolvimento humano (IDH), que já uma realidade, e o índice Felicidade Interna Bruta (FIB), ainda uma aspiração, mas que repousa em um conceito intuitivamente válido, o de que “Produto Interno Bruto não é igual à Felicidade Interna Bruta”. O primeiro já é adotado pelos países da ONU e inclui três dimensões (renda, educação e saúde). O outro foi desenvolvido em um pequeno país de dois milhões de habitantes, o Butão, dirigido por um rei e um monge budista como primeiro ministro, e está sendo experimentado na Inglaterra, Canadá, Brasil, entre outros. Inclui nove indicadores (padrão de vida, educação, cultura,

saúde, bem-estar psicológico, vitalidade comunitária, meio ambiente, governança e uso equilibrado do tempo). Como exemplo de uso equilibrado do tempo, no Butão, diz-se que uma pessoa deve dormir em média oito horas por dia, trabalhar em média oito horas e, nas oito horas restantes, deve-se fazer o que mais gosta.

As empresas já estão se antecipando a essa mudança no medidor de desenvolvimento dos países e começam a incluir em suas decisões não apenas os aspectos econômicos, mas também levam em consideração as dimensões ambientais, sociais e culturais. Expressões como *Triple Bottom Line (Planet, People, Profit)* estão sendo utilizadas há anos, e há métodos para evidenciar o desempenho e mensurar as externalidades nas dimensões econômica-social-ambiental-governança. Por exemplo, do Bilan Social na França (1977), dos relatórios IBASE no Brasil (1990), do GRI (1997), da Demonstração do Valor Adicionado no Brasil e o Relato Integrado (2013). Os governos enfrentarão dificuldades de naturezas técnicas, culturais e políticas para a implementação de um substituto do PIB, e apesar dessas mesmas dificuldades permear a missão do Relato Integrado, certamente o know-how das empresas e a força dos mercados são vantagens favoráveis. Espera-se, assim, que o Relato Integrado venha a substituir os atuais relatórios corporativos, no mesmo contexto em que se busca um substituto para o PIB e que, dessa forma, as empresas e os mercados possam contribuir com as prioridades estabelecidas pelos agraciados com o Blue Planet Prize.

A Contabilidade Ecológica e o Balanço Contábil das Nações

O Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP) e a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) trabalham pela melhoria dos relatórios empresariais desde a criação da FEA em 1946, e acompanharam, com atitudes proativas, diversos momentos de evolução, como, por exemplo: mudanças nas leis das sociedades por ações; processamento técnico dos dados das

Melhores e Maiores empresas do Brasil, da Revista Exame; reconhecimento dos efeitos inflacionários nos balanços pela correção monetária de balanços e correção integral; estudo e debate sobre contribuições advindas dos padrões norteamericanos de contabilidade (FASB); o primeiro balanço social na França (1977); as normas internacionais de contabilidade (IFRS); os relatórios de sustentabilidade (Ibase, GRI) e a proposta de Relato Integrado (IIRC). Para ilustrar a preocupação com os aspectos ambientais, destacamos duas pesquisas, uma realizada no início da década de 1990, denominada Contabilidade e Ecologia: uma exigência que se impõe (Carvalho, 1991), e a outra, Balanço Contábil das Nações: reflexões sobre mudanças climáticas globais (Kassai ET ali, 2008).

O artigo publicado na Revista Brasileira de Contabilidade às vésperas da RIO 92 abordava, de forma visionária, as preocupações não apenas com o balanço social das atividades empresariais, mas também com os aspectos ambientais e ecológicos.

“O relacionamento entre Contabilidade e Ecologia mesmo que, aparentemente, possa não parecer óbvio, é hoje cada vez mais vital e tem um grande objetivo”. Afastados da arcaica visão de escrituradores e rebelados contra o encilhamento da visão de fiscalistas, o espaço moderno dos contabilistas é o de comunicadores. Neste artigo, o contador Nelson Carvalho, professor de Contabilidade e Auditoria da FEA/USP mostra a razão de ser da combinação contabilidade-ecologia, centrando o raciocínio no conceito-chave de que a divulgação tem o poder de mudar comportamentos e atitudes e buscando posicionar a importância do contabilista neste contexto. Mais do que nunca, às vésperas da ECO-92, é preciso que as ideias floresçam neste campo até então árido. (CARVALHO, 1991)

Embora no país ainda não houvesse uma ampla consciência dos problemas ambientais, Carvalho elencava uma relação de 12 problemas no tocante à agressão que as empresas fazem ou permitem fazer ao meio ambiente, a saber:

Agressão das empresas ao meio ambiente

- O efeito estufa que pode vir a transformar a temperatura do planeta em insuportável para o ser humano.
- A depleção da camada de ozônio, desprotegendo a Terra da ação danosa dos raios solares ultravioletas.
- A chuva ácida.
- A qualidade do Ar.
- Os danos ao homem e à natureza advindos dos metais pesados.
- Os componentes e odores resultantes dos resíduos orgânicos voláteis.
- Os componentes orgânicos persistentes, ou de absorção prolongada.
- A poluição sonora.
- A gerência do lixo ou dos resíduos, principalmente os de conteúdo tóxico.
- A contaminação da terra por agrotóxicos.
- Os vazamentos poluidores.
- O efeito potencialmente antiecológico de algumas inovações biotecnológicas.

O autor ainda chamava a atenção para três perguntas que cada empresa, cada empresário, cada executivo, cada governante, cada parlamentar e cada cidadão deveria estar interessado em buscar soluções:

Busca por soluções

- Que setores industriais ou de negócios mais agredem o meio ambiente?
- Que soluções tecnológicas existem e como melhorá-las ou implementá-las?
- Que pressões existem da parte da legislação vigente para eliminar esses problemas e como aperfeiçoá-las?

Carvalho alertava também para as questões relativas ao futuro da humanidade, como fome, miséria, desenvolvimento econômico, alocação e uso de recursos, habitabilidade do planeta e, de forma profética, afirmava: “No século XXI o contador será o comunicador da vida empresarial por excelência, pois a divulgação tem o poder de mudar comportamentos e atitudes” e ressaltava a metodologia contábil de conhecer-identificar-mensurar-reportar. (CARVALHO, 1991). Atualmente, sabemos que a figura do contador não se refere apenas ao profissional de ciências contábeis, tanto é que, por sua iniciativa, e apoiado pelo Prof. J. R. Kassai, foi criado em 2006 o Núcleo de Estudos em Contabilidade e Meio Ambiente (NECMA/USP), que conta com a participação de dezenas de pesquisadores com formação não apenas em escolas de negócios, mas também de outras áreas, como: biólogos, químicos, físicos, agrônomos, engenheiros, geólogos, advogados, jornalistas, dentre outros. (NECMA, CnPQ)

Esse grupo de pesquisadores reuniu-se, então, para discutir o artigo pioneiro de CARVALHO (1991), e com base em dados oficiais do *Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC/ONU)* e na expertise multidisciplinar de seus membros, elaborou o primeiro relatório de alguns países, integrando informações de natureza econômica, social, contábil e ambiental. A pesquisa teve início em 2006 e os resultados foram apresentados em 2008, no evento de abertura do Prêmio Eco da Amcham do Brasil, sob o título “Balanço Contábil das Nações: reflexões sobre mudanças climáticas globais”. Constou também do livro *Civil Economy, Democracy, Transparency and Social and Environmental Accounting Research Role* (BALDARELI, 2010) e do

Compêndio de Indicadores de Sustentabilidade de Nações (LOUETTE, 2009), que apresenta um leque de metodologias para avaliar a responsabilidade social e ambiental de empresas e de nações.

Conforme Louette (2009), o Balanço Contábil das Nações (BCN) é uma metodologia para a elaboração de relatórios contábeis de países ou regiões, por meio do método *inquired balance sheet* e da equação básica da contabilidade: ativo menos passivo é igual ao patrimônio líquido, composto por dados de natureza financeira e não financeira. O Ativo é mensurado com base no PIB, ajustado pela depreciação socioambiental da região, calculada com base no consumo médio de energia em tonelada equivalente de petróleo (Tep). O Patrimônio líquido é avaliado pelo saldo residual de carbono, precificado pelo custo do carbono evitado ou pela cotação em bolsas de valores, e corresponde à capacidade natural de cada região de capturar os gases do efeito estufa diminuído das emissões previstas em vários cenários. O Passivo é avaliado por equivalência contábil e está relacionado de maneira ampla às externalidades de cada região.

Inicialmente, foi abordada uma amostra de sete países (Brasil, Rússia, Índia, China, EUA, Alemanha e Japão). Os resultados apontaram que apenas dois desses (Brasil e Rússia) apresentaram patrimônios líquidos positivos ou superavitários. O balanço consolidado para o planeta em 2050 apontou um déficit equivalente a um quarto do PIB mundial, ou seja, cada um dos sete bilhões de habitantes deveria guardar o equivalente a 2,3 mil dólares anuais para mitigação dos efeitos de mudanças climáticas globais.

Nesse relatório contábil, o Brasil é o país com o maior superávit ambiental do planeta, equivalente a 544 bilhões de dólares anuais, e confirma sua legitimidade para mercados de créditos de carbono. Entretanto, em pesquisas mais recentes (FELTRAN-BARBIERI; KASSAI; CINTRA; CARVALHO, 2012), em que foram analisadas as perspectivas de cada um dos estados brasileiros projetadas para 2030, concluiu-se que o superávit ambiental brasileiro, na verdade, concentra-se na região Norte (Amazonas, Pará, Roraima), e que os estados mais desenvolvidos da União ainda estão adotando políticas de crescimento nos mesmos moldes dos países desenvolvidos, ou seja, na base de dispêndio energético do PIB

e acúmulo de emissões de fontes variáveis. Assim, se quisermos transformar o país em uma das primeiras economias “verdes”, é necessário rever essas ações.

Acredita-se que as empresas terão papel importante nessa fase transitória da economia, devendo assumir suas responsabilidades em toda a cadeia produtiva, mas sem descuidar, sobretudo, de sua viabilidade econômica. O lucro deixará de ser o único objeto e se tornará uma obrigação por parte de seus administradores. Esses, de forma disciplinada e responsável, não poderão negligenciar os riscos envolvidos – empresa sustentável não é a que deu lucro no passado, mas sim a que é administrada de forma que continue dando lucro em um futuro previsível, respeitando o ambiente social onde está envolvida e o meio ambiente.

Diálogo IFRS & GRI na FEA/USP

Com a adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS) na Europa (2005), no Brasil (2007) e em diversos países, as empresas passaram a adotar uma linguagem contábil global. Apesar dos novos padrões de qualidade dos relatórios contábeis, os estudiosos dos relatórios de sustentabilidade estavam inquietos e acreditavam que era o grande momento de unir as forças e promover uma convergência ainda mais ampla, incluindo também indicadores de natureza social e ambiental. Fernando Elieser Figueiredo (2009), que depois se afiliou ao NECMA/USP, foi um desses questionadores e, depois de averiguar norma por norma, inclusive as que ainda não haviam sido traduzidas para o país, descobriu que realmente não havia nenhuma norma com essa preocupação. Isso motivou um grupo de trabalho, resultando em um evento realizado na FEA/USP em 12/05/2010, denominado “Diálogo IFRS & GRI”. (vídeo disponível em www.fea.usp.br/videos_view.php?id=167)

A abertura desse evento foi feita pelo presidente internacional do *Global Reporting Initiative* (Ernest Ligteringen), e foram discutidas as seguintes temáticas em torno da integração entre as informações financeiras e não financeiras: Ética; transparência e *accountability* (Robert Henry Srou); IFRS e tendências internacionais (Nelson Carvalho); Adoção das IFRS no Brasil (Eliseu Martins); Adoção da GRI no



eLearning

Melhore sua atuação no mercado com a facilidade e a mobilidade que só o eLearning tem.

Auditoria

- Novas Normas de Auditoria I
- Novas Normas de Auditoria II
- Novas Normas de Auditoria III

Contabilidade

- Contabilidade Regulatória - Setor Elétrico
- Contabilidade para Não Contadores
- Controladoria
- Análise de Viabilidade Econômica de Projetos
- Orçamento Empresarial

Corporate Finance

- Avaliação de Empresas

IFRS

- Grupo de Empresas
- Instrumentos Financeiros
- Ativos
- Relatórios Financeiros
- Obrigações
- Concessões

Mercado Financeiro

- Introdução aos Acordos de Basileia (Lançamento!)
- Financial Reports: evidenciação do negócio para credores e investidores
- Mercado Financeiro
- Combate e Prevenção ao Crime de Lavagem de Dinheiro
- Matemática Financeira
- Curso Preparatório para CPA-10
- Curso Preparatório para Atualização CPA-10
- Curso Preparatório para CPA-20
- Curso Preparatório para Atualização CPA-20

Relações com Investidores

- Relações com Investidores: Contexto e Conceitos

INSCRIÇÕES ONLINE:
fipecafi.org/elearning

INFORMAÇÕES

(11) 2184.2026

elearning@fipecafi.org



FIPECAFI

Brasil e no mundo (Carlos Eduardo Lessa Brandão e Gláucia Terreo) e “Cases” de relatórios de sustentabilidade (Roberto Souza Gonzalez). O debate final foi conduzido pelo especialista em demonstração do valor adicionado, Ariovaldo dos Santos, e pelo professor de Sustentabilidade, Jacques Marcovitch. (FEA/USP, 2010)

Por ocasião desse evento, foi realizada uma pesquisa com os 177 participantes, predominantemente formada por especialistas em relatos empresariais. Os resultados podem ser vistos na página seguinte (KASSAI; HÁ; CARVALHO, 2011).

Os resultados dessa pesquisa sinalizaram necessidade e oportunidade de integração dos relatórios contábeis e de sustentabilidade com a aproximação das diretrizes das IFRS e das GRI, e como argumento principal: “*Se não houver uma ação conjunta por parte da contabilidade e finanças, que é a linguagem que os mercados entendem, de nada adianta a retórica dos ambientalistas diante dos desafios das mudanças climáticas globais*” (Marcovitch; FEA/USP, 2010). Esse é o lema adotado pelo NECMA/USP, o que faz crer que o Relato Integrado esteja no caminho certo.

Alguns meses depois desse evento, em 02 de agosto de 2010, Ernest Ligteringen (GRI) e Nelson Carvalho (NECMA/USP) participaram oficialmente da primeira reunião do recém-criado *International Integrated Reporting Council (IIRC)*, formado por iniciativa do Príncipe de Gales, com o objetivo de discutir futuras normas sobre Relato Integrado.

Quem é o International Integrated Reporting Council (IIRC)?

A proposta de criação do Relato Integrado <IR> está a cargo do *International Integrated Reporting Council (IIRC)*, criado oficialmente em 02/08/2010, conforme Press Release emitido pelo *The Prince’s Accounting for Sustainability Project (A4S)*, em conjunto com o *Global Reporting Initiative (GRI)*, intitulado “*Formation of the International Integrated Reporting Committee¹ (IIRC)*”:

“*The Prince’s Accounting for Sustainability Project (A4S) and the Global Reporting Initiative (GRI) announced today the formation of the International Integrated Reporting Committee (IIRC)*”. (A4S & GRI, 02/08/2010).

Nessa primeira reunião oficial do IIRC, realizada em Londres, os brasileiros Nelson Carvalho (FEA/USP) e Roberto Pedote (Natura) representaram o país, além de Maria Helena Santana, à época, presidente da CVM e do Comitê Executivo da IOSCO (*International Organization of Securities Commissions*). Atualmente, como já referido, são quatro os brasileiros que fazem parte do IIRC, incluindo Sandra Guerra (IBGC) e Marco Geovanne (PREVI). Vania Borgerth (BNDES) coordena a Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relato Integrado e conta com o apoio de dezenas de pessoas, distribuídas em cinco grupos de trabalhos: GT1 Exposure Draft, GT2 Comunicação com as partes interessadas, GT3 Empresas pilotos, GT4 Relacionamento com Investidores e GT5 Road Show.

Segue o teor do primeiro encontro do IIRC em 02 de agosto de 2010, como comunicado para a imprensa e testemunhado pelos integrantes brasileiros, ao sabor do tradicional chá inglês:

¹ Mudou-se o termo “Committee” para “Council”, assim como se corrigiu a tradução para o português de “Relatórios Integrados” para “Relato Integrado”. Importante frisar que se evita, em português, a expressão “Relatório Integrado”, no singular, para descaracterizar o equívoco de entendê-lo como “Relatório único” – não se pretende substituir os vários relatórios atuais, mas sim alinhá-los em termos de uma informação empresarial harmonizada, sem mensagens conflitantes entre eles.

Em sua opinião, qual a imagem de uma empresa que publica relatórios de sustentabilidade no Brasil?

- 57% Estratégia de Marketing
- 12% Seriedade e comprometimento com o meio ambiente
- 24% Maior transparência gerando valor ao acionista
- 5% Outro

Qual a sua opinião sobre as informações divulgadas nos relatórios de sustentabilidade publicados atualmente?

- 6% São dados confiáveis e completos
- 61% São dados incompletos, mostrando somente aquilo que é de interesse da empresa
- 18% São dados incertos, pois não passaram por auditoria
- 12% Outro

Publicar relatórios de sustentabilidade para uma empresa torna-se uma vantagem competitiva, mesmo considerando-se os seus custos de publicação?

Dê uma nota de 1 a 6, sendo 1 pouco vantajoso e 6 muito vantajoso

1	2	3	4	5	6
1%	9%	15%	22%	28%	22%

O fato de uma empresa publicar relatórios de sustentabilidade interfere favoravelmente na sua decisão de investir na compra de ações?

Dê uma nota de 1 a 6, sendo 1 pouco vantajoso e 6 muito vantajoso

1	2	3	4	5	6
9%	7%	14%	33%	22%	13%

Você conhece o relatório de sustentabilidade GRI (Global Reporting Initiative) ?

- 21% Sim
- 40% Só conheço superficialmente
- 37% Não

Você considera importante que as empresas de capital aberto divulgue relatórios de sustentabilidade de acordo com as diretrizes da GRI ?

Dê uma nota de 1 a 6, sendo 1 pouco vantajoso e 6 muito vantajoso

1	2	3	4	5	6
0%	1%	7%	20%	30%	41%

Para você, qual seria a maior vantagem se for obrigatório e houver uma padronização dos índices de sustentabilidade nos demonstrativos contábeis ?

- 31% Deixa de ser uma estratégia de marketing
- 15% Enfoque na evolução do desenvolvimento sustentável como um todo
- 29% Comparabilidade na análise dos dados entre empresas
- 18% Mudança no comportamento das empresas com atitudes sustentáveis
- 5% Outro

Supondo uma interseção entre GRI com os demonstrativos contábeis atuais, penso que:

- 50% Alguns indicadores da GRI devem fazer parte das demonstrações contábeis
- 23% É suficiente se alguns dos indicadores aparecerem em notas explicativas
- 25% Os relatórios devem ser distintos e independentes

Qual a sua opinião sobre publicação de relatórios de sustentabilidade em relação às empresas de capital aberto ?

- 33% Deve ser escolha da empresa em elaborar e publicar
- 65% Deve ser obrigatória sua elaboração e publicação para as empresas
- 1% Não vejo necessidade em sua publicação

O relatório GRI deve ser obrigatório para as empresas de capital aberto, mesmo que parcialmente ?

- 41% Sim, todo o relatório GRI
- 40% Sim, mas somente algumas de suas diretrizes
- 17% Não

É importante que haja uma padronização dos relatórios de sustentabilidade divulgadas pelas empresas ?

- 87% Sim, pois assim há comparabilidade
- 8% Não, pois pode não ser adequado para todos os tipos de empresas
- 4% Não importa, pois não há auditoria dos dados

O Projeto do Príncipe de Gales para a Sustentabilidade (A4S) e o Global Reporting Initiative (GRI) anunciaram hoje a formação do IIRC.

O mundo nunca enfrentou desafios de tamanha magnitude: consumo excessivo de recursos naturais finitos, mudanças climáticas e a necessidade de fornecer água potável, alimento e melhores condições de vida para uma população global cada vez maior. Decisões tomadas para enfrentar estes desafios devem estar embasadas em informações claras e compreensivas; mas, como o Príncipe de Gales disse, estamos no momento “lutando para enfrentar desafios do século 21 com, na melhor das hipóteses, sistemas de relatórios e de tomada de decisão do século 20”. (grifamos)

A missão do IIRC é de criar uma estrutura globalmente aceita de contabilidade para a sustentabilidade. Uma estrutura que reúna informações financeiras, ambientais, sociais e de governança em um formato claro, conciso, consistente e comparável – em síntese, em um formato “integrado”. A intenção é de contribuir com o desenvolvimento de informações mais abrangentes e compreensíveis sobre o desempenho total de uma organização, tanto prospectiva quanto retrospectivamente, para atender às demandas de um modelo econômico emergente e mais sustentável.

O IIRC reúne representantes da sociedade civil, bem como dos setores empresarial, de contabilidade, de investimentos em ações, de regulação, ONGs, OIGs (organização intergovernamental) e normatizadores. Este Comitê inclui um Comitê de Orientação (“Steering Committee”) e um Grupo de Trabalho. O Comitê de Orientação é dirigido por Sir Michael Peat, Principal Secretário Particular de Sua Alteza Real o Príncipe de Gales e da Duquesa de Cornwall, com o Professor Mervyn King, Diretor do Comitê King de Governança Corporativa, e também Diretor da Iniciativa Global para Relatórios GRI como Diretor Adjunto. O Grupo de Trabalho tem como codiretores: Paul Druckman, Diretor do Comitê Executivo da A4S, e Ian Ball, Executivo Chefe da Federação Internacional de Contadores - IFAC. O papel do IIRC é o de responder à demanda de uma estrutura integrada de relatórios que seja concisa, clara, consistente e passível de comparações, refletindo os objetivos estratégicos da organização, seu modelo de negócios e governança, e integrando tanto as informações financeiras quanto as não financeiras.

Toda companhia listada publicamente terá que submeter um relatório anual sobre seu desempenho financeiro de acordo com, na maioria dos casos, as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) ou os Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos pelos Estados Unidos (U.S.GAAP). As companhias estão produzindo cada vez mais, voluntariamente, relatórios sobre responsabilidade corporativa social ou de sustentabilidade, mas estes podem variar muito em termos de relevância e qualidade, principalmente porque não há normas ou padrões globais para medir e reportar desempenhos na área ambiental, social e de governança.

“Para tornar nossa economia sustentável, temos que reaprender tudo que aprendemos no passado. Isto significa fazer mais com menos e assegurar que governança, estratégia e sustentabilidade sejam inseparáveis” disse o Professor Mervyn King, Chairman do GRI.

“Relato Integrado é um conceito construído em cima das práticas já existente de Relatórios Financeiros, Ambientais, Sociais e de Governança, que habilita as companhias a gerenciar estrategicamente suas operações, marca e reputação junto a acionistas, e a estarem mais bem preparadas para gerenciar quaisquer riscos que possam comprometer a sustentabilidade em longo prazo do negócio”.

Sir David Tweedie, “Chairman” da Junta Internacional de Normas de Contabilidade IASB, disse “A justificativa para padrões globalmente consistentes de relatórios financeiros é bem compreendida e aceita. É apropriado aplicar a mesma abordagem global a outros aspectos dos relatórios corporativos. Esta iniciativa representa um passo importante dessa jornada”.

Ian Ball, CEO da Federação Internacional de Contadores, disse “A meta do IIRC não é de aumentar a carga de relatórios das companhias e outras entidades. Ao invés disso, a meta é ajudá-las, e a todos seus acionistas, a tomarem decisões melhores em relação à alocação de recursos. Todos nós temos interesse em uma sociedade sustentável. Embora um relato integrado, sozinho, não possa garantir a sustentabilidade, ele é um mecanismo poderoso para nos ajudar a tomar decisões melhores sobre os recursos que consumimos e a vida que vivemos”.

Jane Diplock, “Chairman” do Comitê Executivo da Organização Internacional de Comissões de Valores Mobiliários IOSCO, disse: “Eu acredito que vamos olhar no futuro para a criação deste Conselho como um ponto de virada no desenvolvimento dos relatórios corporativos”.

Uma lista dos membros do Comitê de Orientação e do Grupo de Trabalho está em anexo, e mais informações sobre o IIRC podem ser encontradas no site:

www.integratedreporting.org ou www.theiirc.org. (A4S & GRI, 02/08/2010).

O projeto A4S foi lançado em 2004 por Sua Alteza Real, o Príncipe de Gales, para desenvolver sistemas de relatórios e tomadas de decisão, que consideram as consequências mais amplas e de longo prazo das ações capazes de responder aos desafios de sustentabilidade do século XXI. Mudanças climáticas e o consumo excessivo de recursos naturais finitos apresentam riscos significativos, que terão impacto profundo sobre a sociedade e a economia. O projeto A4S trabalha com negócios, investidores, governos, a classe contábil, acadêmicos e a sociedade civil, com vistas a construir um consenso internacional sobre a necessidade de uma estrutura integrada de relatórios que seja aceita de modo geral. Ademais, para desenvolver diretrizes e ferramentas básicas, objetivando a incluir sustentabilidade nos processos de tomada de decisão. <http://www.accountingforsustainability.org/>

O *Global Reporting Initiative (GRI)* tem sido pioneiro no desenvolvimento das diretrizes para os relatórios de Sustentabilidade. Está comprometido com sua contínua melhoria, sua aplicação no mundo todo e sua completa compatibilidade com o Relato Integrado, sendo desenvolvido pelo IIRC. Sua estrutura estabelece um conjunto de princípios e indicadores, utilizados pelas organizações para medir e reportar voluntariamente seus desempenhos, nas dimensões econômica, social, ambiental e de governança. Exemplos de indicadores são: governança, compromisso e engajamento dos Stakeholders; informações econômicas e financeiras; materiais, água, energia, gases e emissões; salários, condições de trabalho, conflitos trabalhistas, segurança e saúde do trabalhador; políticas públicas e sociais; externalidades dos produtos e serviços; conflitos ambientais etc. Na versão 4 do GRI, incentiva-se focar os impactos mais relevantes e estratégicos para o negócios, citando a intensidade energética e de emissões por unidade de produto, e se a diretoria tinha alguma supervisão de questões relacionadas com a sustentabilidade. <https://www.globalreporting.org>

Afinal de contas, como será o Relato Integrado?

Desde a sua criação em 2010, o IIRC tornou-se uma coalização global de reguladores governamentais, investidores, empresas, organismos de normatização, representantes do setor contábil, auditorias, universidades, ONGs etc. Da maneira como está sendo articulado entre os envolvidos, a logística de implantação simultânea e em diversos países será facilitada, haja vista o Memorando de Entendimento assinado em 07/02/2013 pelo presidente do Conselho do *International Accounting Standards Board (IASB)*, Hans Hoogervorst, e pelo presidente do IIRC, Paul Druckman. Todos compartilham da visão de que os relatórios corporativos precisam evoluir e que o Relato Integrado deve ser mais do que a junção dos relatórios financeiros com informações não financeiras; deve incluir uma visão concisa sobre como a estratégia, a governança, o desempenho, o seu ambiente externo e a postura diante das externalidades contribuem para a redução de riscos e o aumento do valor da empresa. Se, no passado, a figura do balanço patrimonial representava uma “fotografia” estática em um determinado momento da empresa, o relato integrado passa a representar um “vídeo”, orientando principalmente a história de criação de valor de cada empresa e as perspectivas futuras de sua perpetuação.

Desse modo, não se trata apenas de uma banal junção dos relatórios contábeis com os relatórios de sustentabilidade, pois o Relato Integrado se refere a um processo de harmonização, de convergência dos sistemas de gestão organizacional e do processo de comunicação corporativa. Por isso, é fundamental que seja respeitado o tempo certo para que cada empresa ou profissional possa se adaptar a esse novo modelo de negócio, em sintonia com a sociedade, respeitando a natureza e mantendo o equilíbrio nos seus fluxos de caixa. Na raiz do conceito de Relato Integrado, está uma profunda mudança mental e de atitude de membros de conselhos de administração e diretores executivos, em um movimento “top – down”, que incorpore os valores de criação SUSTENTÁVEL de riqueza por toda a organização empresarial – tais valores devem fazer parte da estratégia da firma.

Como ilustração, em alguns seminários com executivos financeiros, o NECMA/USP (2013) promoveu uma enquete e pediu para que cada participante incluísse em suas análises financeiras de empresas alguns itens como: intensidade energética e de emissões do produto, uma externalidade positiva e a postura da empresa frente a uma principal externalidade negativa. O resultado apontou que a maioria (76%) nunca havia pensado nessas coisas e, tendo em vista que essa maioria nunca havia lido ou preenchido um relatório de sustentabilidade, não foi uma surpresa. Isso nos faz refletir que o preenchimento de relatórios de sustentabilidade, em um primeiro momento, sirva principalmente para ampliar a visão e o conhecimento dos profissionais em relação à empresa e ao seu meio ambiente (criar consciência) e, em outro momento, possa promover amadurecimento e mudança cultural.

O tema Relato Integrado tem sido abordado na grade curricular da FEA/USP desde 2011. Ao final de um dos semestres letivos, realizou-se uma pesquisa exploratória e descritiva com esses alunos, por meio da seguinte pergunta: “*Quais itens deveriam ser incluídos no Relato Integrado?*”. Obteve-se 105 questionários válidos e um *check list* contendo sugestões de 35 itens. Na comparação com o relato da NATURA, distinguiram-se seis itens que poderiam enriquecer seu conteúdo: riqueza gerada com ações de sustentabilidade; saldo entre total de problemas e soluções realizadas; comparação com indicadores setoriais de sustentabilidade; destaque para o impacto pós-venda; ter semelhança com a demonstração do valor adicionado e apurar *Green Economic Value Added*. (UEHARA, KASSAI, CARVALHO; 2013)

Segundo a Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relato Integrado (2013) e com base no conteúdo da minuta sobre Relato Integrado, o Relato Integrado é: (1) Um processo de gestão e controle que resulta na comunicação de um relato integrado e periódico, a respeito da criação de valor ao longo do tempo; (2) Uma comunicação concisa e abrangente da estratégia, governança, desempenho e perspectivas que levam à criação de valor das empresas. Deve ainda seguir os seguintes princípios básicos: (1) Foco estratégico e orientação futura; (2) Conectividade de informações; (3) Responsividade das partes interessadas; (4) Materialidade e concisão; (5) Confiabilidade e completude; e (6) Consistência e comparabilidade.

O foco de abrangência do Relato Integrado, ao contrário do foco essencialmente financeiro do século passado, concentra-se em seis tipos de capitais interligados entre si: Natural, Humano, Social/Relacionamento, Intelectual, Manufaturado e Financeiro. O novo modelo de negócio permite que os gestores tomem suas decisões não apenas com foco financeiro, mas também de acordo com o valor intrínseco dessas novas moedas. Talvez não seja fácil identificar o reflexo imediato no fluxo de caixa dessas novas moedas de troca, mas elas geram valor ao longo do tempo e isso é um diferencial competitivo.

O Capital Financeiro representa os investimentos ou ativos operacionais necessários para a realização da atividade operacional. O Capital Manufaturado representa os bens tangíveis da firma. O Capital Intelectual é representado pela base de conhecimento em posse da empresa e a capacidade de sua estrutura organizacional em saber mantê-lo e expandi-lo. O Capital Humano é representado pelo conjunto de competências, capacidades, experiências e motivações dos colaboradores para buscar melhorias contínuas na atividade operacional, e é necessário esforço permanente em sua renovação. O Capital Social e de Relacionamento é difícil de mensurar, mas todos sabem de sua importância; abrange as instituições e relações estabelecidas dentro e fora da empresa, com todos os stakeholders; é alimentado pela ética e transparência e pelo sentimento de bem estar coletivo e individual, inclusive com gerações futuras; por fim, representa a reputação da empresa. Capital Natural é representado pelo conjunto de recursos da natureza de posse da empresa, ou pelos bens difusos sob sua responsabilidade, mantendo a perenidade de todos os demais tipos de capital.

Esses tipos de “capitais” sempre existiram e são utilizados como recurso na atividade operacional das empresas, mas, muitas vezes, a custo zero, ou mensurados inadequadamente, ou ainda no pressuposto desavisado de que são infinitos. No início do século XX, em nome do princípio contábil da entidade, os comerciantes passaram a atribuir, por exemplo, um valor de aluguel para um cômodo de sua residência utilizado em seu negócio e, mesmo sem precisar desembolsar essa quantia, esse valor foi acrescido na análise dos custos e resultados. Percepções como essa permitiram que houvesse a consolidação e o equilíbrio nos mercados e, com isso, alavancou-se

o crescimento do capitalismo. Da mesma forma, o gestor do novo modelo de negócio, implícito na figura do Relato Integrado, terá que capturar os movimentos (acréscimos e decréscimos) desses novos “capitais” e comunicá-los a todos os interessados em desempenho e perspectivas de uma empresa, sejam credores, investidores, fornecedores, clientes, corpo de funcionários, “vizinhos” da empresa, Governo e quaisquer outros legítimos interessados.

Com isso, pode-se propor uma nova redação aos principais postulados da contabilidade: **o princípio da Entidade implícito nesse novo modelo de negócio pressupõe que a empresa deva segregar três entidades distintas: pessoa física, pessoa jurídica e pessoa difusa e, assim, será possível mensurar e/ou comunicar adequadamente os seis tipos de capitais implícitos no conceito de Relato Integrado e garantir a sua Continuidade, dos mercados e do planeta, tal qual hoje conhecemos.**

Para finalizar este tópico, podemos acompanhar a evolução desta temática observando as empresas que já estão elaborando seus Relatos Integrados: mais de uma centena se ofereceu voluntariamente como empresa-piloto. Essa relação pode ser vista no site do IIRC (2013), e cabe destaque para as pioneiras brasileiras: BNDES, Itaú Unibanco, AES Brasil, Petrobrás, Via Gutenberg, Aegon NV, Votorantim, CCR e Natura. O Brasil é terceiro país em número de empresas pilotos, atrás apenas do Reino Unido e Holanda, e incentiva-se que outras empresas se candidatem.

Considerações Finais

Neste artigo, objetivou-se a abordar aspectos sobre o Relato Integrado e contribuir com as discussões em andamento para sua implementação. Há controvérsias sobre a conveniência de eventual obrigatoriedade ou adoção compulsória ou voluntária pelas empresas; por um lado, justifica-se, pois a obrigatoriedade regulamentada pelo menos para as grandes empresas e empresas de capital aberto irá agilizar o processo de adoção dessas normas, a exemplo do que ocorre no país quanto às IFRS. Por outro lado, analisando sob a ótica da relação “custo x benefício” e com base no princípio “relate ou explique”, a adoção

voluntária será mais espontânea e consistente.

Ao acompanhar essa trajetória dos relatórios corporativos, desde a migração das influências das escolas europeias para as escolas americanas, as reformulações das leis de sociedade anônimas nos diversos países, as crises da Enron e a de 2008, Sarbanes Oxley e adoção IFRS, relatórios IBASE, diretrizes GRI, A4S e, agora o IIRC, acredita-se que a evolução dos atuais relatórios corporativos para o RELATO INTEGRADO seja um caminho promissor. As empresas irão descobrir novas formas de alcançar rentabilidade e criar valor para o acionista, de acordo com um novo modelo de negócio, com base em seis diferentes tipos de capitais e com amplas e novas alternativas de negociação. O desafio está tanto no mundo profissional quanto na Academia, pois essa nova realidade de comunicação e de gestão corporativa irá provocar mudanças de comportamentos e de atitudes, com resultados à altura dos desafios previstos para este século XXI.

Referências Bibliográficas

A4S – The Prince’s Accounting for Sustainability Project - <http://www.accountingforsustainability.org/>

A4S & GRI – The Prince’s Accounting for Sustainability Project (A4S) and Global Reporting Initiative (GRI). Press Release: Formation of the International Integrated Reporting Committee (IIRC), 2nd August 2010. www.integratedreporting.org ou www.theiirc.org

BALDARELI, M.G. *Civil economy, democracy, transparency and social and environmental accounting research role*. Italy: McGraw-Hill, 2010.

Biblioteca Virtual do NECMA: acesso livre (sem senha): <http://www.erudito.fea.usp.br/portalfca/Default.aspx?idPagina=47667>

Blue Planet Prize – Environmental and Development Challenges: The Imperative to Act. 20 February 2012. The Blue Planet Prize laureates. http://www.af-info.or.jp/bppllaureates/doc/2012jp_fp_en.pdf

BMF&BOVESPA – vídeo do lançamento mundial da minuta sobre Relato Integrado. São Paulo: 16 de abril de 2013: <http://www.bmfbovespa.com.br/novo-valor/pt-br/noticias/2013/IIRC-Proposta-global-20130417.asp?titulo=IIRC>

Carvalho, L. N. Contabilidade e Ecologia: uma exigência que se impõe. Brasília: Revista Brasileira de Contabilidade, ano 20, nº 75, abr/jun 1991, pg. 4 a 10.

Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relato Integrado – Consultation Draft of the International IR Framework – biblioteca virtual do NECMA, 2013.

FEA/USP – Vídeo de Goldemberg, J. sobre a RIO+20 e o Futuro que Queremos. 2012. www.fea.usp.br/video

FEA/USP – Vídeo do evento “Diálogo IFRS & GRI”. São Paulo: 12/05/2010. http://www.fea.usp.br/videos_view.php?id=167

FEA/USP – vídeo do evento “Relato Integrado e as ações do International Integrated Reporting Council. São Paulo: 2011- http://www.fea.usp.br/videos_view.php?id=168

FELTRAN-BARBIERI, R.; KASSAI, J.R.; CINTRA, Y. C.; CARVALHO, L. N. *Experimental Simulations on Environmental Balance Sheets for Brazil and its States*. In: IABE-2012 Venice- Summer Conference (International Academy of Business and Economics), 2012, Venicy - Italy. research / Teaching Excellence in Business and Economics. IABE Global Headquarters: Russ: International Academy of Business and Economics (IABE), 2012.

FELTRAN-BARBIERI, R.; KASSAI, J.R.; CINTRA, Y.C.; CARVALHO, L.N. *Experimental Simulations on Environmental Balance Sheets for Brazil and its States*. Journal of Academy of Business and Economics, v. 12, p. 46-63, 2012.

GRI – Global Reporting Initiative - <https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx>

IBGC – vídeo Relato Integrado (Nelson Carvalho e Vania Borgerth) – 2013: <http://itv.netpoint.com.br/ibgc/principal.asp?id=321>

IIRC - International Integrated Reporting Council. Minuta Exposure Draft IIRC – <http://www.theiirc.org/wp-content/uploads/Consultation-Draft/Consultation-Draft-of-the-InternationalIRFramework.pdf>

IIRC - International Integrated Reporting Council. <http://www.theiirc.org/international-ir-framework/>

Kassai, J.R. et alli. Balanço Contábil das Nações – reflexes sobre mudanças climáticas globais. BBR Business Review, abril a junho de 2012, volume 10, número 2.

KASSAI, J.R.; HA, Helisa, CARVALHO, L.N. Diálogo IFRS e GRI para o desenvolvimento sustentável. Anais do EnANPAD 2011, Rio de Janeiro: 4 a 7 de setembro de 2011. <http://www.anpad.org.br>

Kassai, J.R.; Kassai, J.R.S. Risco Retorno e Sustentabilidade Empresarial. Atlas, 2013.

Kassai, J.R; Feltran-Barbieri, R.; Carvalho, L.N.; Cintra, Y.; Foschine, A. Balanço Contábil das Nações – Compêndio de Indicadores de Sustentabilidade das Nações, organizado por Anne Louette. São Paulo: WHH WILLIS Harman House, 2009.

Uehara, C. T.; Kassai, J.R.; Carvalho, L.N. Informação Válidas para um Relato Integrado. Artigo apresentado no CSEAR 2013. Belém/PA: 2013.

United Nations. RIO+20 United Nations Conference on Sustainable Development. The Future We Want. 20-22 Jun 2012. <http://www.uncsd2012.org/>

USP NA RIO+20 – página do facebook com fotos e comentários: <https://www.facebook.com/UspNaRio20?fref=ts>